

E-GOV: A RELAÇÃO ENTRE O CIDADÃO E O GOVERNO

Ana Carolina Trindade¹; Sonia Aparecida Cabestré²

¹Graduada em Relações Públicas pela Universidade do Sagrado Coração. E-mail: carolinatrin@gmail.com

²Docente da Universidade do Sagrado Coração. E-mail: scabestre@uol.com.br

RESUMO

O termo *e-gov* se refere ao conceito de *e-government* ou *eletronic government* e foi traduzido como Governo Eletrônico no Brasil. Este conceito representa uma forma de gestão política digital e possibilita a relação entre cidadãos e organizações no ambiente digital. Nessa perspectiva, esta pesquisa tem a intenção de apresentar uma introdução no que se refere ao governo eletrônico no Brasil, tendo em vista os impactos que essa prática provoca na cidadania, em função do atual cenário desses portais. Pretende-se, assim, avaliar a importância que o *e-gov* possui no contexto da comunicação pública, que é compreendida como um processo comunicativo entre Estado, governo e sociedade.

Palavras-chave: Cidadania. Comunicação Pública. *E-gov*.

INTRODUÇÃO

A sociedade da informação deu origem a diversas novas formas de comunicação. Dentre elas, destaca-se o *e-gov* que seria uma nova forma de gestão política digital. O conceito começou a ser estudado e praticado no Brasil em meados de 2000 com o objetivo de apresentar políticas e normas que contemplassem as novas formas de comunicação eletrônica. Segundo Abramson e Means (2001), o *e-gov* tem como finalidade colocar o governo no ambiente on-line e, também, alterar a maneira como a instituição presta serviços aos cidadãos. Busca-se, nesse sentido, analisar a proximidade da relação entre governo e cidadão. Dessa forma, espera-se que ocorra a eficiência da comunicação pública e que esse processo possibilite o acesso à informação por diversos públicos.

OBJETIVOS

Pretende-se estudar o conceito de *e-gov*, tendo em vista os impactos que esse processo de gestão pode ocasionar para o cidadão e o governo. E, a partir de procedimentos de análise realizado nos portais eletrônicos do governo, pretende-se refletir a respeito da disponibilização das informações, bem como sobre a transparência e a facilidade de acesso por diversos tipos de públicos.

METODOLOGIA

Será realizado um estudo bibliográfico abordando os seguintes pressupostos teóricos: Cidadania, Comunicação Pública e *e-gov*. Após esta etapa, realizar-se-á um estudo exploratório com o objetivo de identificar e avaliar dois portais eletrônicos do governo federal, especificamente no que se refere à disponibilização de informações para os diversos

públicos. Em princípio, serão analisadas as formas em que as informações são disponibilizadas com vistas a avaliar se o acesso vem ao encontro e se cumpre o preconizado na constituição no que diz respeito ao princípio de direito para todos os cidadãos. Certamente, no decorrer da pesquisa, serão definidos os portais e categorias que indiquem relevância para que a análise seja possível.

RESULTADOS PARCIAIS

Com o desenvolvimento deste trabalho, espera-se que o *e-gov* seja um propulsor para que o cidadão participe das atividades governamentais, uma vez que cidadania é a prática acerca da luta pela qualidade de vida e reivindicação sobre direitos civis, políticos e sociais. Considerando o exposto é válido ressaltar a dificuldade em alcançar essa relação mútua entre Governo e cidadão e, em um país com as características do Brasil, a democratização acontecerá quando oferecerem o direito a essa comunicação para uma grande parcela da população (LIMA, 2011). Entretanto, existem obstáculos que dificultam a inserção do cidadão nesse ambiente governamental, seja por conta da dificuldade de acesso à *internet* ou pela falta de habilidade para o uso dessa ferramenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento do *e-gov*, houve uma nova possibilidade de comunicação entre cidadão e governo como canal de prestação de serviços. A vantagem desse tipo de serviço para o governo é a possibilidade de transmitir informações com transparência e a capacidade de ampliação do atendimento ao público. Em relação aos cidadãos, o *e-gov* é um meio que disponibiliza informações em tempo integral por intermédio da *internet*, com a comodidade do acesso ser realizado de casa, sem a necessidade de deslocamentos. Dessa forma, a aplicação dos princípios da comunicação pública vai ao encontro desse contexto, afinal, a prática da comunicação pública deve ser efetiva dentro de três ambientes: Estado, governo e sociedade civil organizada (BRANDÃO, 2012). Comunicação pública, governo eletrônico e cidadania são temas que devem ser colocados em pauta, pois irão conduzir a institucionalização das novas práticas de políticas públicas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMSON, M. A.; MEANS, G. E. **E-government 2001**– IBM Endowment for The Business of Government. Lanham: Rowman&Littlefield Publishers, 2001.

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, José (Org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, V. A. de. **Regulação das comunicações**: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.